



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Casa da Moeda do Brasil – CMB – é uma Empresa Pública, constituída pela União nos termos da Lei nº 5.895, de 19 de junho de 1973, vinculada ao Ministério da Fazenda e dotada de personalidade jurídica de direito privado, sendo o seu capital pertencente integralmente à União, com sede no Setor Bancário Sul – SBS, Quadra 2, lote 03, Bloco Q, Edifício Centro Empresarial João Carlos Saad, salas 909, 910 e 911, Brasília – DF, CEP 70070-120, tendo o seu estabelecimento industrial na Rua René Bittencourt, 371 – Distrito Industrial de Santa Cruz – RJ, CEP nº 23.565-200, possuindo como atividade principal em caráter de exclusividade, a fabricação de papel-moeda, moeda metálica, cadernetas de passaporte para fornecimento ao Governo brasileiro, a impressão de selos postais, fiscais federais e títulos da dívida pública federal; além das atividades de selos de rastreamento de controle fiscal.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 6.404/76 E ALTERAÇÕES POSTERIORES PELAS LEIS: Nº 11.638/2007 E 11.941/2009 E ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS.

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em 31/12/2017, em moeda corrente nacional (R\$), utilizando 02 (duas) casas decimais, seguindo as Práticas Contábeis Brasileiras e compreendem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em vigor até a data de conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, conforme nota explicativa de principais práticas contábeis.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5.3 – Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa
- Nota 8.2 – Provisão para Passivos Contingentes

O Conselho de Administração da Empresa, em reunião realizada em 09 de março de 2018, autorizou a divulgação destas Demonstrações Contábeis.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Os Bens, Direitos e Obrigações da empresa estão classificados no Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e posteriores alterações, promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

b) Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

c) As Aplicações Financeiras estão registradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até 31/12/2017 com apropriação dos tributos incidentes sobre as aplicações.

d) O Contas a Receber é contabilizado inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida sendo deduzidas as perdas por crédito de liquidação duvidosa. A perda é reconhecida no resultado como outras despesas e receitas operacionais.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

e) A Provisão de Serviço a Faturar é contabilizada baseada em 70% da leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa de Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros (SCORPIOS) administrado pela Receita Federal do Brasil, devido a retenção de 30% DRU (Desvinculação de Receita da União) conforme Emenda Constitucional nº 93.

f) Os Estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou produção, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição. O valor de custo do estoque inclui todos os custos de aquisição e de transformação, bem como outros custos incorridos para trazer os estoques à sua condição atual.

g) Os Investimentos estão avaliados pelo custo de aquisição e/ou cotação de mercado, se esta for menor.

h) O Imobilizado está avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment). O método de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil econômica dos bens, revisando anualmente a vida útil dos bens, conforme determinado pela Lei nº 11.638/2007.

i) O Intangível está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment). É composto por Softwares, sendo que o método de amortização empregado foi o da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007.

j) A Casa da Moeda do Brasil reconhece e divulga as suas contingências passivas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

k) A forma de tributação, base para constituição da Provisão para Imposto de Renda, alíquota de 15% e adicional de 10% e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, alíquota de 9%, é a do Lucro Real Anual conforme legislação em vigor.

NOTA 4 – ATIVO CIRCULANTE

4.1 – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Nos termos da Resolução nº 4.034/2011, do Banco Central do Brasil, na qual comunica da deliberação do Conselho Monetário Nacional, as aplicações das disponibilidades resultantes das receitas próprias da CMB estão sendo efetuadas no Banco do Brasil S.A. no Fundo de Renda Fixa de Curto Prazo - F.R.F. - BB - Extra Mercado e Caixa Econômica Federal – CEF, no Fundo Caixa FI Extra Mercado Comum IRFM.

VALORES (EM R\$)

APLICAÇÕES FINANCEIRAS	31/12/2017	31/12/2016
BANCO DO BRASIL	162.746.318,68	458.089.424,19
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	61.164.512,16	56.262.903,82
TOTAL	223.910.830,84	514.352.328,01

RECEITA FINANCEIRA	31/12/2017	31/12/2016
RENDIMENTOS AUFERIDOS	33.755.794,11	65.741.699,54
TOTAL	33.755.794,11	65.741.699,54



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

4.2 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

CLIENTES	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
Departamento de Polícia Federal	51.038.609,17	26.553.605,79
Sicobe - Envasadoras	-	28.706.701,37
UTE - União Transitória de Empresas - CMB/SECM	-	8.242.431,01
Ministério das Relações Exteriores	4.580.740,50	-
Gold Credit Banco de Bullion	-	2.266.140,00
Banco Central da Venezuela	-	1.136.199,59
Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM SP	895.133,21	-
Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô SP	560.400,00	-
Outros	300.181,82	571.498,96
TOTAL	57.375.064,70	67.476.576,72

Esta rubrica registra os saldos a receber de clientes da CMB até a data de 31/12/2017, sendo as variações mais relevantes em comparação ao exercício de 2016 os saldos a receber do Departamento de Polícia Federal apresentando aumento no montante de R\$ 24.485.003,38 (vinte e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, três reais e trinta e oito centavos) e do Ministério das Relações Exteriores apresentando saldo em aberto no montante de R\$ 4.580.740,50 (quatro milhões, quinhentos e oitenta mil, setecentos e quarenta reais e cinquenta centavos) em função de valores recebidos no decorrer do exercício de 2017.

Cabe destacar que os saldos a receber dos clientes do Programa SICOBE – Envasadores, da UTE - União Transitória de Empresas - CMB/SECM, da Gold Credit Banco Bullion e do Banco Central da Venezuela foram transferidos para o Ativo não Circulante, em virtude de apresentarem valores recebíveis após o término do exercício social subsequente.

Para os Clientes Comerciais foi constituída Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa no montante de R\$ 181.638,34 (cento e oitenta e um mil, seiscentos e trinta e oito reais e trinta e quatro centavos), provenientes de transações operacionais de vendas ou serviços prestados em aberto com mais de 180 dias, até 31/12/2017.

4.3 – SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR

A Provisão de Serviço a Faturar é contabilizada baseada em 70% leitura/contagem mensal advinda do relatório gerencial do programa SICOBE/SCORPIOS administrado pela Receita Federal do Brasil, devido a retenção de 30% DRU (Desvinculação de Receita da União) conforme Emenda Constitucional nº 93.

SERVIÇOS A FATURAR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
SICOBE	-	398.844.537,59
SCORPIOS	97.285.393,38	38.281.205,90
TOTAL	97.285.393,38	437.125.743,49



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

A ausência de serviços a faturar para o programa Sistema de Controle de Bebidas (SICOBEBE) em 2017 justifica-se pela suspensão, em dezembro de 2016, da obrigatoriedade do programa, através do Ato declaratório Executivo (ADE) nº 75/2016.

O montante de R\$ 437.125.743,49 (quatrocentos e trinta e sete milhões, cento e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos) refere-se ao saldo a receber até dezembro de 2016 dos programas SICOBEBE e SCORPIOS foi transferido para ativo não circulante realizável a longo prazo.

O aumento no saldo do programa SCORPIOS decorre do não recebimento dos serviços prestados em 2017.

Em 08 de setembro de 2016 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 93, que definiu nova redação ao artigo 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, na qual as taxas existentes ou que venham a ser criadas sejam passíveis de incidência de 30% de DRU – Desvinculação da Receita da União, agravado pelo disposto no artigo 3º, onde consta que a mesma produz efeitos a partir de 01/01/2016, incidindo sobre a receita da Casa da Moeda do Brasil – CMB proveniente de taxa de prestação de serviços decorrente da utilização de selos de controle e dos equipamentos contadores de produção de Bebidas e Cigarros (classificação SOF na natureza de receita 11220111 – Taxas por prestação de serviços – Principal), instituída pela Lei nº 12.995/2014, que é uma receita orçamentária, arrecadada por meio dos códigos de DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção.

A Secretaria de Tesouro Nacional – STN procedeu a ajuste nos códigos de DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção, para que toda a arrecadação registrada a partir de setembro de 2016 fosse destinada à DRU, até que fosse alcançada a correta proporção de 30% de DRU e 70% de recursos destinados à CMB, retroativos a 01/01/2016.

Desse modo, a STN através da criação do código receita fonte 74 – taxa de poder de polícia registrado no Ministério da Fazenda inviabilizou o acesso da CMB aos recursos, conforme informado através do Ofício nº 03/2017/SUPOF/STN/MF-DF da Secretaria do Tesouro Nacional.

4.4 – ADIANTAMENTO DE FÉRIAS

O valor de R\$ 4.332.464,47 (quatro milhões, trezentos e trinta e dois mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos) registrado nesta rubrica – está constituído com base no artigo 145 da Consolidação das Leis de Trabalho, Decreto Lei nº 5.452/43 – que determina o pagamento dois dias antes do prazo previsto para o início do gozo das férias.

DESCRIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
ADIANTAMENTO DE FÉRIAS	4.332.464,47	7.834.816,48
TOTAL	4.332.464,47	7.834.816,48



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

4.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR DE CURTO PRAZO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
IPI A COMPENSAR	10.244.975,16	10.439.485,04
ICMS A COMPENSAR	12.891.905,57	10.417.231,34
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário	59.904.523,90	106.359.568,52
IRRF A COMPENSAR - Aplicações Financeiras	4.622.073,96	3.787.578,48
IRRF A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos	158.209,55	2.290.124,14
OUTROS TRIBUTOS	18.442.115,43	17.106.695,57
TOTAL	106.263.803,57	150.400.683,09

Os valores de R\$ 10.244,975,16 (dez milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos), R\$ 12.891.905,57 (doze milhões, oitocentos e noventa e um mil, novecentos e cinco reais e cinquenta e sete centavos), referem-se a créditos tributários provenientes de aquisição de insumos. O Imposto de Renda e a Contribuição Social a Recuperar no valor de R\$ 59.904.523,90 (cinquenta e nove milhões, novecentos e quatro mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa centavos) são créditos tributários acumulados e corrigidos monetariamente pela Taxa Selic provenientes de saldos credores de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais. O valor de R\$ 4.622.073,96 (quatro milhões, seiscentos e vinte e dois mil, setenta e três reais e noventa e seis centavos) refere-se ao saldo de IRRF incidentes no ganho de aplicações financeiras. O saldo de R\$ 158.209,55 (cento e cinquenta e oito mil, duzentos e nove reais e cinquenta e cinco centavos) é proveniente de retenções por parte de órgãos públicos na ocasião da liquidação de nossas notas fiscais de faturamento. O saldo de Outros Tributos, no valor de R\$ 18.442.115,43 (dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, cento e quinze reais e quarenta e três centavos), é referente, preponderantemente, à créditos de PIS/PASEP e COFINS na aquisição de insumos no ano de 2017.

A isenção tributária da CMB no faturamento decorrente da fabricação dos produtos com exclusividade para o BACEN, ECT, RFB, DPF e MRE está disposta no art. 11 da Lei nº 5.895/1973, reconhecida pelos Pareceres da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Parecer PGFN nº 907/2005, nº 2.338/2007 e nº 1.409/2009, além das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) nos Recursos Extraordinários 610.517 e 592.792 e na Ação Civil Originária 2179.

4.6 – OUTROS VALORES A RECEBER

OUTROS CRÉDITOS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
PESSOAL CEDIDO	2.225.256,13	2.552.853,79
DEPÓSITOS E CAUÇÕES	1.053.967,05	1.295.996,92
VALORES A RECEBER DE EMPREGADOS AFASTADOS	221.580,72	204.536,87
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	0,00	94.547,73
TOTAL	3.500.803,90	4.147.935,31

4.6.1 – CRÉDITO DE PESSOAL CEDIDO

O saldo da Conta Crédito de Pessoal Cedido corresponde a valores a serem ressarcidos à CMB pelos Órgãos abaixo mencionados referentes às remunerações de empregados desta empresa, cedidos aos Órgãos. Cabe ressaltar que tais empregados são os que retornaram à CMB, conforme anistia reconhecida pela Lei nº 8.878/1994, e cuja cessão é amparada pela Orientação Normativa MPOG/RH,



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

de 09/07/2008. A CMB vem praticando diversas ações de gestão de recuperação de tais créditos junto aos Órgãos, bem como através de Ações Judiciais.

VALORES (EM R\$)

CRÉDITO PESSOAL CEDIDO	31/12/2017	PERCENTUAL
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	484.888,27	21,79%
Tribunal Regional Federal da 2ª Região	397.640,07	17,87%
Inst Federal de Educ. Ciência e Tec. do Rio de Janeiro	407.719,22	18,32%
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	288.536,80	12,97%
Coordenação Geral de Gestão de Recursos Humanos - MTE	168.802,98	7,59%
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - MPOG	206.248,72	9,27%
Universidade Federal Fluminense	72.399,19	3,25%
Universidade Federal de São João del-Rei - Pro-Reitoria	45.894,85	2,06%
Fundação IBGE - Administração Central / RJ	59.772,98	2,69%
Cifrão Fundação de Previdência da Casa da Moeda	47.120,27	2,12%
Prefeitura do Rio de Janeiro	34.290,73	1,54%
Defensoria Pública da União	11.942,05	0,54%
TOTAL	2.225.256,13	100,00%

4.6.2 – DEPÓSITOS E CAUÇÕES

O saldo desta rubrica refere-se a depósitos de garantias contratuais exigidas por nossos clientes.

4.7 – ESTOQUES

O levantamento físico dos estoques é realizado por inventários rotativos (contagem cíclica). Os itens são selecionados diariamente pelo Sistema Integrado ERP. Os materiais são previamente cadastrados por Classe e Grupo e para cada Classe é definida a periodicidade com que se quer contar. Definidos os parâmetros, diariamente os itens são selecionados, contados e ajustados. O programa de contagem do sistema garante que todos os itens sejam verificados ao menos uma vez no decorrer do exercício. A variação na rubrica de Matéria-Prima é explicada basicamente pela redução de aquisição de matéria-prima. O valor de estoque consumido no exercício de 2017 reconhecido como custo de produto foi de R\$ 279.446.557,83 (duzentos e setenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e três centavos).

A variação na conta de Produtos em Processo deve-se ao planejamento das fábricas da CMB ensejando chegar ao fim do exercício com o menor número possíveis de Ordens de Produção em aberto, visto a implantação integral do Bloco K, do SPED FISCAL.

ESTOQUES	31/12/2017	31/12/2016
Produtos Acabados	87.171.802,86	57.470.715,10
Produtos em Processo	9.461.549,23	8.414.795,88
Matéria-Prima	69.836.694,25	90.843.152,01
Almoxarifado	13.296.792,96	16.402.006,45
Importações em Andamento	361.367,50	0,00
TOTAL	180.128.206,80	173.130.669,44



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

4.8 – DESPESAS ANTECIPADAS

As Despesas Antecipadas no valor de R\$ 386.479,53 (trezentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e setenta e nove reais e cinquenta e três centavos) são referentes à última parcela do prêmio de Seguros de Riscos.

DESPESAS ANTECIPADAS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
Prêmios de Seguro a Apropriar	386.479,53	829.657,89
TOTAL	386.479,53	829.657,89

A variação de R\$ 443.178,36 (quatrocentos e quarenta e três mil, cento e setenta e oito reais e trinta e seis centavos) se deve em função da renegociação do contrato de seguro no ramo de Responsabilidade Civil para Executivos que possuam poder de decisão na CMB.

4.8.1 – COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da CMB estão assegurados por valores suficientes à cobertura de eventuais sinistros, conforme segue:

MODALIDADE	RAMO	VALORES EM RISCO (EM R\$)	LIMITE MÁXIMO DE INDENIZAÇÃO (EM R\$)
Imobilizado/Estoque	Incêndio/Raio/Explosão	959.498.500,00	655.000.000,00
Imobilizado	Danos Elétricos	50.000.000,00	50.000.000,00
Operações Parque Industrial	Vazamento de Sprinkl	40.000.000,00	40.000.000,00
TOTAL		1.049.498.500,00	745.000.000,00

O seguro no ramo de Responsabilidade Civil para Executivos que possuam poder de decisão na CMB tem um limite máximo de indenização de R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017**

NOTA 5 – ATIVO NÃO CIRCULANTE - REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

5.1 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	VALORES (EM R\$)	
CLIENTES A LONGO PRAZO	31/12/2017	31/12/2016
Sicobe - Envasadoras	28.706.701,37	0,00
UTE - União Transitória de Empresas - CMB/SECM	5.853.441,81	0,00
Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro	3.982.641,34	0,00
Gold Credit Banco de Bullion	2.266.140,00	0,00
Departamento de Polícia Federal	1.707.931,14	70.509,92
Banco Central da Venezuela	1.153.250,43	0,00
Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.111.676,16	1.111.676,16
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	527.283,21	504.718,33
Coordenação-Geral de Planejamento e Integração Consular - MRE	512.830,12	489.059,20
Coordenação Geral de Logística - Ministério da Justiça	450.450,00	450.450,00
Apoio Engenharia e Comunicações Ltda	297.835,46	0,00
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	197.981,09	0,00
RDF&B/Savoysa Investimentos e Participações	97.500,00	0,00
Detran do Estado do Espírito Santo	43.261,08	0,00
Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul	31.415,42	31.415,42
UEI Telecomunicações Ltda	14.560,00	0,00
Instituto Federal do Maranhão - Campus Monte Castelo	11.968,53	0,00
Instituto Federal do Maranhão	3.850,00	0,00
Defensoria Pública da União	1.362,95	0,00
Conselho Federal de Contabilidade	1.023,00	1.023,00
TOTAL	46.973.103,11	2.658.852,03

A variação de R\$ 44.314.251,08 (quarenta e quatro milhões, trezentos e quatorze mil, duzentos e cinquenta e um reais e oito centavos) refere-se basicamente a transferência dos saldos dos clientes do curto para o longo prazo devido à falta de perspectiva de recebimento até o término do exercício social subsequente.

O montante de R\$ 28.706.701,37 (vinte e oito milhões, setecentos e seis mil, setecentos e um reais e trinta e sete centavos) é referente aos inadimplentes do programa SICOBE do período de setembro de 2013 a dezembro de 2014, em que a CMB, com base na Instrução Normativa nº 1390/2013 alterada pela Instrução Normativa nº 869/2008 da Secretaria da Receita Federal do Brasil, passou a faturar diretamente aos envasadores de bebidas.

O valor de R\$ 5.853.441,81 (cinco milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e um centavos) refere-se ao saldo de duplicatas em aberto do cliente UTE - União Transitória de Empresas - CMB/SECM, atualizados pela variação cambial.

O valor de R\$ 1.153.250,43 (um milhão, cento e cinquenta e três mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta e três centavos) referente ao Banco Central da Venezuela é proveniente de multas aplicadas pelo cliente contestadas pela CMB e atualizadas pela variação cambial.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

Além de outros clientes comerciais com Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 3.982.641,34 (três milhões, novecentos e oitenta e dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e trinta e quatro centavos), Gold Credit Banco de Bullion, no valor de R\$ 2.266.140,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e seis mil, cento e quarenta reais) e Departamento da Polícia Federal, no valor de R\$ 1.707.931,14 (um milhão, setecentos e sete mil, novecentos e trinta e um reais e quatorze centavos).

5.2 – SERVIÇOS EXECUTADOS A FATURAR

SERVIÇOS EXECUTADOS VENCIDOS		
CLIENTES	31/12/2017	31/12/2016
SICOBÉ	570.637.068,02	171.792.530,43
SCORPIOS	49.193.039,42	10.911.833,52
Total	619.830.107,44	182.704.363,95

Os saldos são remanescentes de valores a receber por serviços executados referente ao SICOBÉ e SCORPIOS, realizados nas indústrias de bebidas e cigarros por força das Leis nº 10.833/2003 e 11.488/2007.

A variação de R\$ 437.125.743,49 (quatrocentos e trinta e sete milhões, cento e vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e três reais e quarenta e nove centavos) refere-se ao saldo a receber até dezembro de 2016 dos programas SICOBÉ e SCORPIOS que foi transferido para ativo não circulante realizável a longo prazo.

Vale ressaltar que, conforme citado no item 4.3, a partir de 08 de setembro de 2016, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 93, a CMB passou a não ter acesso aos repasses dos serviços prestados na leitura dos programas SICOBÉ e SCORPIOS.

5.3 – PERDAS ESTIMADAS COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

PERDA ESTIMADA COM CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	31/12/2017
CLIENTES	11.259.709,50
PROGRAMA SICOBÉ	31.198.269,61
PROGRAMA SCORPIOS	3.623.014,75
ENVASADORES	12.873,19
CLIENTES EXTERIOR	7.006.692,24
TOTAL	53.100.559,29

As Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) foram constituídas conforme disposições disciplinadas na Lei nº 13.097/2015, de 19/01/2015 (conversão da Medida Provisória nº 656, de 07/10/2014) e suas alterações.

Nessas condições, naquilo que se reporta às pendências de créditos a receber relativas ao SICOBÉ, SCORPIOS acerca da avaliação sobre a probabilidade real das pendências identificadas serem



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

devidamente liquidadas pelos Clientes, a constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), observou os seguintes critérios:

- 1) Foram constituídas PECLD de clientes inadimplentes e envasadores com valores iguais ou inferiores a R\$1.000,00 (mil reais), na data de 31/12/2016;
- 2) Foram constituídas PECLD de clientes inadimplentes e envasadores com valores em aberto a mais de cinco anos, com data base anterior a 31/12/2012.

Não obstante a constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), a Administração deliberou por manter o ajuizamento das ações pertinentes a Clientes Inadimplentes e Duplicatas a Receber - Envasadores, conforme definido no plano de ação do Departamento Jurídico, no sentido de agilizar os procedimentos de cobranças extrajudiciais e judiciais, sendo priorizados aqueles que possuem maiores saldos devedores individuais e também os mais antigos na tentativa de afastar eventualmente pronunciamento de prescrição.

Foi encaminhado o ofício PRESI/003/2018 à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN com a finalidade de viabilizar a assinatura de convênio ou alternativa para a recuperação dos valores inadimplentes do programa SICOBE.

	VALORES (EM R\$)
PROGRAMA SICOBE	31/12/2017
Contas a Receber	570.637.068,02
Constituição - PECLD	85.533.295,72
Custos a Pagar - SICPA	471.082.622,81
Expurgo efeito - PECLD	54.335.026,11
PECLD CONTABILIZADA	31.198.269,61
PROGRAMA SCORPIOS	31/12/2017
Contas a Receber	49.193.039,42
Constituição - PECLD	7.432.678,94
Custos a Pagar - SICPA	34.962.116,20
Expurgo efeito - PECLD	3.809.664,19
PECLD CONTABILIZADA	3.623.014,75
PROGRAMA SICOBE - ENVASADORES	31/12/2017
Contas a Receber	28.706.701,37
Constituição - PECLD	35.293,20
Custos a Pagar - SICPA	18.235.932,05
Expurgo efeito - PECLD	22.420,01
PECLD CONTABILIZADA	12.873,19
PECLD TOTAL CONTABILIZADA	34.834.157,56

O valor de R\$ 34.834.157,56 (trinta e quatro milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos) composto de R\$ 31.198.269,61 (trinta e um milhões, cento e novena e oito mil, duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e um centavos), R\$ 3.623.014,75 (três milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatorze reais e setenta e cinco centavos) e



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

R\$ 12.873,19 (doze mil, oitocentos e setenta e três reais e dezenove centavos) refere-se ao valor líquido a ser recebido pela CMB por força do contrato dos programas SICOBE e SCORPIOS através das leituras/contagens mensais advindas do relatório gerencial do programa administrado pela Receita Federal do Brasil.

Os valores de Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa de Clientes e Clientes Exterior no montante de R\$ 11.259.709,50 (onze milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e nove reais e cinquenta centavos) e R\$ 7.006.692,24 (sete milhões, seis mil, seiscentos e noventa e dois reais e vinte e quatro centavos), respectivamente, foram constituídos com faturas em aberto com mais de 180 dias, totalizando 100% das faturas em aberto.

5.4 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR DE LONGO PRAZO

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR/COMPENSAR	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
IR E CSLL A RECUPERAR - Crédito Tributário	211.440.370,77	175.879.235,70
COFINS A COMPENSAR - Insumos	504.812.338,06	491.175.322,33
PASEP A COMPENSAR - Insumos	109.873.067,33	106.705.646,43
COFINS A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos	107.124.150,04	77.617.583,23
PASEP A COMPENSAR - Retenção de Órgãos Públicos	23.221.674,65	16.816.969,82
TOTAL	956.471.600,85	868.194.757,51

O valor de R\$ 211.440.370,77 (duzentos e onze milhões, quatrocentos e quarenta mil, trezentos e setenta reais e setenta e sete centavos) do Imposto de Renda e da Contribuição Social a Recuperar é referente a créditos tributários acumulados provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJ's anuais, corrigidos monetariamente pela Taxa Selic. Os saldos credores de R\$ 504.812.338,06 (quinhentos e quatro milhões, oitocentos e doze mil, trezentos e trinta e oito reais e seis centavos) e R\$ 109.873.067,33 (cento e nove milhões, oitocentos e setenta e três mil, sessenta e sete reais e trinta e três centavos) sobre COFINS e PASEP a Compensar - Insumos são provenientes da aquisição de matéria prima e serviços utilizados na fabricação de produtos/serviços com exclusividade conforme legislação vigente.

Os saldos credores de R\$ 107.124.150,04 (cento e sete milhões, cento e vinte e quatro mil, cento e cinquenta reais e quatro centavos) e R\$ 23.221.674,65 (vinte e três milhões, duzentos e vinte e um mil, seiscentos e setenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos) apurados sobre COFINS e PASEP a Compensar – Retenção de Órgãos Públicos são decorrentes do aproveitamento nas declarações das retenções tributárias dos Clientes de vendas com exclusividade: Banco Central do Brasil – BACEN, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, Departamento de Polícia Federal – DPF e Ministério das Relações Exteriores – MRE, na liquidação de suas respectivas faturas.

5.5 – CRÉDITOS A RECEBER POR AÇÕES JUDICIAIS

A composição da conta Créditos a Receber por Ações Judiciais foi realizada mediante avaliação dos processos judiciais pelo Departamento Jurídico e classificados como praticamente certa a probabilidade de ocorrência de entrada de benefício econômico, conforme quadro a seguir:



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017**

VALORES (EM R\$)	
PROCESSOS JUDICIAIS – PRATICAMENTE CERTOS	31/12/2017
ACOPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	5.519.804,50
DEPTO. DE TRÂNSITO DO RIO DE JANEIRO	5.008.025,74
GOLD CREDIT E BANCO DE DEPÓSITOS ESPECÍFICOS LTDA	2.298.173,82
CDP DO BRASIL TECNOLOGIA E EQUIP.LTDA	988.583,86
TRIB DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA	642.250,78
SILVEIRA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA	349.533,12
UNIÃO FEDERAL	348.686,97
APOIO ENGENHARIA E COMUNICAÇÃO	326.772,93
TETRA CAIXA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	103.981,00
RFB&B CORRETORA DE MERC.PARTIC.E RONALDO DE F. BORGES	97.500,00
DEMAIS PROCESSOS	566.572,90
TOTAL	16.249.885,62

Os processos judiciais/administrativos do quadro abaixo foram analisados pelo Departamento Jurídico e classificados como sendo provável a probabilidade de ocorrência de entrada de benefício econômico. Esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2017, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e deliberado pela IN nº 594/2009 da CVM.

VALORES (EM R\$)		
PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS - PROVÁVEIS	31/12/2017	31/12/2016
PROCESSOS JUD/ADMINISTRATIVOS - PROVÁVEIS	288.629.288,29	871.680.260,89

Em atendimento a recomendação constante do Relatório de Auditoria nº 201501301, da Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria-Geral da União, atual Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União, de 03/06/2015, a CMB passa a divulgar os processos judiciais/administrativos que foram analisados pelo Departamento Jurídico e classificados como sendo não provável a probabilidade de ocorrência de entrada de recursos, conforme especificado no quadro a seguir:

VALORES (EM R\$)		
PROCESSOS JUDICIAIS/ADMINISTRATIVOS - NÃO PROVÁVEL	31/12/2017	31/12/2016
PROCESSOS JUD/ADMINISTRATIVOS - NÃO PROVÁVEL	36.160.920,83	354.745.480,68



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

5.6 – DEPÓSITOS JUDICIAL E RECURSAL

Os valores dos depósitos recursais impetrados pela Casa da Moeda do Brasil foram atualizados pelos índices de correção disponibilizados no site do Tribunal Superior do Trabalho – TST, até 31/12/2017.

VALORES (EM R\$)

CRÉDITOS	31/12/2017	31/12/2016
Judicial	17.251.962,56	14.644.382,95
Recursal	10.608.013,99	7.369.702,96
TOTAL	27.859.976,55	22.014.085,91

5.7 – INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

VALORES (EM R\$)

TÍTULOS - VALOR CONTÁBIL	31/12/2017	31/12/2016
BETA SA	11.284,47	11.284,47
CIA INDUSTRIAL DE MADEIRAS	65.379,63	65.379,63
CIA TROPICAL DE HOTÉIS	133.822,38	133.822,38
COPENOR	48.059,34	48.059,34
ENGEX SA	26.378,82	26.378,82
FACEPA	99.313,93	99.313,93
POLIPLAST	52.643,81	52.643,81
SEMP TOSHIBA AMAZÔNIA	132.257,54	132.257,54
TOTAL	569.139,92	569.139,92

Representam Investimentos em ações oriundos de créditos relacionados a incentivos fiscais provenientes de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's, mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação apenas em balcão em atendimento ao Decreto nº. 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

VALORES (EM R\$)

PROVISÃO PARA PERDAS	31/12/2017	31/12/2016
PROVISÃO PARA PERDAS DE INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS	37.663,29	26.378,82
TOTAL	37.663,29	26.378,82

A Provisão para Perda de Investimentos Temporários no valor de R\$ 37.663,29 (trinta e sete mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e nove centavos) foi constituída no exercício de 2017 para ajustar os valores desses Investimentos a valor de mercado.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017**

5.8 – OUTROS CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO

VALORES (EM R\$)		
CRÉDITOS	31/12/2017	31/12/2016
Notas do Tesouro Nacional	1.877.749,47	1.782.106,92
TOTAL	1.877.749,47	1.782.106,92

VALORES (EM R\$)			
NOTAS DO TESOURO NACIONAL			
DATA BASE	VENCIMENTO	31/12/2017	31/12/2016
01/01/2004	01/01/2020	1.635,97	1.540,93
01/01/2006	01/01/2021	330.059,40	309.934,63
01/01/2014	01/01/2030	1.546.054,10	1.470.631,36
TOTAL		1.877.749,47	1.782.106,92

Os créditos são provenientes do Programa Nacional de Desestatização (Lei nº 8.031 de 12 de abril de 1990 e suas alterações), e Decreto nº 3.859 de 04 de julho de 2001, que estabelece no artigo nº 06 as características das Notas do Tesouro Nacional – NTN (resgate em 15 anos, atualização pela taxa TR e juros anuais de 6%).

NOTA 6 – ATIVO NÃO CIRCULANTE – INVESTIMENTOS, IMOBILIZADO E INTANGÍVEL.

6.1 – INVESTIMENTOS - PARTICIPAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

Representam Certificados de Investimento – CI – provenientes de incentivos fiscais do FINOR e FINAM de Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – DIPJ's no valor de R\$1.669.906,59 (um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, novecentos e seis reais e cinquenta e nove centavos), mantidos em custódia no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para liquidação no mercado em atendimento ao Decreto nº 1.068/1994, que trata da desmobilização da Participação de Empresas Públicas e Estatais em outras empresas sem nenhuma interferência da CMB.

VALORES (EM R\$)		
CERTICADO DE INVESTIMENTO	31/12/2017	31/12/2016
FINOR	459.504,93	459.504,93
FINAM	1.210.401,66	1.210.401,66
PROVISÃO PARA PERDA	(1.667.484,87)	(1.668.343,98)
OBRAS DE ARTE	490.966,91	-
TOTAL	493.388,63	1.562,61

O ajuste ao valor de mercado implicou Provisão para perdas de R\$ 1.667.484,87 (um milhão, seiscentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e oitenta e sete centavos).

A rubrica Obras de Artes e Peças para Museu foi reclassificada para melhor apresentação no grupo Ativo Não Circulante Investimento.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

6.2 – IMOBILIZADO

6.2.1 – IMOBILIZADO TÉCNICO

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para controle e contabilização dos bens patrimoniais.

O montante pelo qual os bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução da Depreciação e Amortização Acumuladas e Perdas Estimadas por Redução ao Valor Recuperável assegura que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam os de recuperação por uso ou venda.

Segue o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Imobilizado:

6.2.1.1 – ATIVO IMOBILIZADO

	VALORES (EM R\$)	
ITENS	31/12/2017	31/12/2016
BENS E VALORES CORRIGIDOS	1.457.436.900,67	1.437.907.317,21
Máquinas e Equipamentos	1.120.805.607,80	1.119.691.444,53
Instalações	142.206.322,45	139.741.036,84
Edifícios	124.220.175,70	116.171.575,89
Móveis e Utensílios	24.835.744,84	24.718.882,16
Computadores e Periféricos	39.010.413,89	30.734.774,90
Veículos	2.474.898,10	2.474.898,10
Terrenos	3.883.737,89	3.883.737,89
Obras de Artes e Peças para Museu	0,00	490.966,90
(-) DEPRECIACÃO	(765.138.754,46)	(701.064.073,07)
(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL	-	(900.095,09)
IMOBILIZAÇÃO EM ANDAMENTO	10.757.445,81	20.471.372,87
Obras em Andamento	152.399,84	10.963.856,65
Bens Móveis em Andamento	10.605.045,97	9.507.516,22
IMPORTAÇÃO EM ANDAMENTO	9.287.254,05	537.401,22
TOTAL	712.342.846,07	756.951.923,14

a) Os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto de cada item do Imobilizado foram através do valor contábil original de aquisição e pelo valor da atualização cambial nas Importações em Andamento; e

b) O método de cálculo de depreciação empregado foi o da depreciação da vida útil por grupo de ativos.

c) A rubrica Obras de Artes e Peças para Museu foi reclassificada para melhor apresentação no grupo Ativo Não Circulante Investimento, conforme citado no item 6.1.

d) O valor total no exercício de 2017 da depreciação é de R\$ 64.074.681,39 (sessenta e quatro milhões, setenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos), apurados pelos métodos de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638/2007, dividida da seguinte forma:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

Depreciação/Amortização fabril utilizada diretamente em custos – R\$ 50.271.107,03 (cinquenta milhões, duzentos e setenta e um mil, cento e sete reais e três centavos);

Depreciação/Amortização administrativa utilizada na área de apoio – R\$ 16.453.602,88 (dezesseis milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e dois reais e oitenta e oito centavos).

e) As aquisições referentes ao exercício 2017 somam R\$ 18.565.509,23 (dezoito milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e nove reais e vinte e três centavos) distribuídos em diversas contas patrimoniais.

Desse montante, R\$ 8.275.638,99 (oito milhões, duzentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e nove centavos) são referentes a aquisição de microcomputadores no período e R\$ 8.048.599,81 (oito milhões, quarenta e oito mil, quinhentos e noventa e nove reais e oitenta e um centavos) referentes a novas edificações no parque fabril.

f) A conta “Imobilizações em Andamento”, encerrou o exercício de 2017, com o saldo de R\$ 10.757.445,81 (dez milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e um centavos), referente a aquisição de solução de Tecnologia da Informação para armazenamento centralizado de documentos digitais da Casa da Moeda do Brasil adquirido através do contrato nº 0343 de 2017, e, outros bens móveis. Esses valores serão transferidos para as contas do imobilizado técnico após sua conclusão. Os valores dos ativos referentes aos contratos nº 232/2011 e nº 975/2011, no total de R\$ 10.877.323,65 (dez milhões, oitocentos e setenta e sete mil, trezentos e vinte e três reais e sessenta e cinco centavos), constantes na conta "Obras em Andamento", ainda não foram transferidos para conta “Edificação/Instalação”, em ambos os casos os pagamentos dos contratos estão sob análise do Departamento Jurídico, razão pela qual os fornecedores estão inadimplentes, quanto ao término da execução dos serviços. Os valores restantes referentes aos contratos nº 256/2014 e nº 196/2015, no total de R\$ 864.214,11 (oitocentos e sessenta e quatro mil, duzentos e quatorze reais e onze centavos), estão em fase de conclusão e serão transferidos para conta “Edificação/Instalação” após sua conclusão.

g) Ao longo do exercício de 2017 a CMB em acompanhamento das importações de equipamentos, validou a ativação de R\$ 40.464.931,03 (quarenta milhões, quatrocentos e sessenta quatro mil, novecentos e trinta e um reais e três centavos), restando o valor de R\$ 9.287.254,05 (nove milhões, duzentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e cinco centavos) referente a aquisição de misturadores planetários e solução de Tecnologia da Informação para armazenamento centralizado de documentos digitais.

6.2.1.2 – VARIAÇÃO ENTRE TAXAS ECONÔMICAS E FISCAIS

Anualmente, por força da Lei nº 11.638/07 e CPC 27 – Ativo Imobilizado e 04 (R1) – Ativo Intangível, a CMB procede a avaliação da vida útil dos seus ativos. A Depreciação/Amortização calculada segundo a vida útil econômica foi de R\$ 66.724.709,91 (sessenta e seis milhões, setecentos e vinte e quatro mil, setecentos e nove reais e noventa e um centavos) e a Depreciação/Amortização segundo as normas fiscais da Receita Federal do Brasil foi de R\$ 97.827.834,18 (noventa e sete milhões, oitocentos e vinte e sete mil, oitocentos e trinta e quatro reais e dezoito centavos).

6.3 – ATIVO INTANGÍVEL

A CMB adotou os procedimentos dos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, o qual se define como ativo não monetário identificável sem substância física, para controle e contabilização dos bens patrimoniais. O montante pelo qual os



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

bens patrimoniais estão reconhecidos depois da dedução de toda respectiva Amortização Acumulada e Perda Estimada por Redução ao Valor Recuperável asseguram que os bens patrimoniais estão registrados contabilmente por valores que não excedam seus valores de recuperação por uso ou venda.

O valor total no exercício de 2017 de amortização é de R\$ 2.650.028,52 (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil, vinte e oito reais e cinquenta e dois centavos), apurados pelos métodos de vida útil econômica de acordo com a Lei nº 11.638/2007.

Segue o quadro comparativo da evolução e composição do Ativo Não Circulante – Intangível:

COMPOSIÇÃO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	40.527.599,76	39.765.213,01
Aquisição do Exercício	5.547.085,71	762.386,75
Amortização	(37.793.332,94)	(35.143.304,42)
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	8.281.352,53	5.384.295,34

a) o critério de mensuração utilizado para determinar o valor contábil bruto de cada item do Intangível foi através do valor contábil original de aquisição;

b) o método de amortização empregado foi da vida útil econômica determinado pela Lei nº 11.638/2007; e

c) a vida útil de cada bem e as taxas de amortização foram aplicadas de acordo com o período de tempo durante o qual a CMB espera utilizar o respectivo bem.

6.4 – REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DO ATIVO (IMPAIRMENT)

A CMB contratou através de processo licitatório empresa especializada para efetuar o Teste de Impairment dos bens do Ativo Imobilizado/Intangível, determinado pelo art. 183 da Lei nº 11.638/2007 e pelo Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 01 (R1), bem como o cálculo da depreciação econômica baseada na estimativa de vida útil dos bens. Sendo assim, foi contratada a empresa AVM Avaliações Consultorias e Projetos Ltda-Epp, através do processo de licitação nº 1500/2015, que gerou o contrato nº 0127/2017.

Após a realização do Teste de Impairment, a empresa AVM Avaliações Consultorias e Projetos Ltda-Epp constatou que os ativos que antes possuíam perdas estimadas pelo valor recuperável passaram a apresentar valor de recuperabilidade superiores aos valores contábeis. Sendo assim, conforme laudo apresentado pela Consultoria Especializada, foi revertida a perda estimada no limite da perda, conforme preconiza o item 117 do CPC 01 (R1) - O aumento do valor contábil de um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), atribuível à reversão de perda por desvalorização, não deve exceder o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

NOTA 7 – PASSIVO CIRCULANTE

7.1 – FORNECEDORES

VALORES (EM R\$)

FORNECEDORES	31/12/2017	31/12/2016
NACIONAIS	41.813.003,10	36.149.102,36
ESTRANGEIROS	500.058,12	802.187,96
TOTAL -	42.313.061,22	36.951.290,32

O aumento na variação de fornecedores nacionais deveu-se basicamente em virtude da aquisição de solução de Tecnologia da Informação para armazenamento centralizado de documentos digitais e da aquisição de Misturadores Planetários.

7.2 – EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O valor de R\$ 22.860.953,92 (vinte e dois milhões, oitocentos e sessenta mil, novecentos e cinquenta e três reais e noventa e dois centavos) corresponde à exigibilidade da CMB com pessoal e seus devidos encargos conforme explicitado no quadro a seguir:

VALORES (EM R\$)

EXIGIBILIDADE COM PESSOAL E ENCARGOS	31/12/2017	31/12/2016
PESSOAL A PAGAR	13.134.780,19	81.288,15
INSS A RECOLHER	7.127.618,29	9.308.246,95
FGTS A RECOLHER	2.560.495,15	3.373.413,69
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER (SESI/SENAI)	38.060,29	123.468,82
TOTAL	22.860.953,92	12.886.417,61

A variação apresentada na rubrica Pessoal a Pagar foi decorrente das verbas indenizatórias de incentivo decorrentes do Plano de Desligamento Voluntário (PDV), divididas em 4 (quatro) parcelas.

7.2.1 – PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

A Provisão para Férias e Encargos Sociais constituída no valor de R\$ 37.122.308,68 (trinta e sete milhões, cento e vinte e dois mil, trezentos e oito reais e sessenta e oito centavos) foi realizada em função do número de dias que cada empregado tem direito, valorada à remuneração mensal da data do Balanço.

VALORES (EM R\$)

PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para Férias e Encargos Sociais	37.122.308,68	46.136.341,01
TOTAL	37.122.308,68	46.136.341,01

7.3 – PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO

Em virtude do impacto da ADE RFB 75/2016, que suspendeu a obrigatoriedade do SICOBE a partir de 13/12/2016, representando quebra de faturamento e ingressos financeiros na ordem aproximada de R\$1,4 bilhão, aliado ao impacto da aplicabilidade da Emenda Constitucional 93/2016, que estabeleceu a retenção da DRU de 30% sobre as receitas provenientes dos códigos DARF 4805 – Taxa pela Utilização do Selo de Controle e 4811 – Taxa pela Utilização dos Equipamentos Contadores de Produção, proporcionando efeitos relevantes no resultado e também no fluxo de caixa da CMB no exercício de 2017, não houve lucro líquido do exercício que originasse participação nos resultados no



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

ano de 2017. O saldo de exercícios anteriores refere-se à Participação dos Empregados no Lucro nos períodos anteriores.

VALORES (EM R\$)

PARTICIPAÇÃO NO LUCRO	31/12/2017	31/12/2016
Participação dos Empregados no Lucro	0,00	3.572.955,53
Saldo de Exercício Anteriores	3.688.783,06	128.191,49
TOTAL	3.688.783,06	3.701.147,02

7.4 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme os fatos citados no item anterior, não houve lucro líquido do exercício que originasse Remuneração Variável Anual (RVA) no exercício de 2017. O quadro a seguir contempla a composição do saldo da conta:

VALORES (EM R\$)

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração Variável Anual dos Dirigentes	0,00	411.344,52
Exercícios Anteriores	869.455,72	458.111,20
TOTAL	869.455,72	869.455,72

O saldo referente ao exercício anterior de R\$ 869.455,72 (oitocentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e setenta e dois centavos) refere-se ao programa de Remuneração Variável Anual – RVA de Dirigentes da CMB, com percentual de 60% para o exercício corrente e 20% para os 02 (dois) exercícios subsequentes.

7.5 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

O valor de R\$ 9.967.176,54 (nove milhões, novecentos e sessenta e sete mil, cento e setenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) corresponde aos tributos a serem recolhidos no curto prazo, conforme detalhado a seguir:

VALORES (EM R\$)

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	31/12/2017	31/12/2016
IRRF - EMPREGADOS	6.410.690,04	8.267.205,57
INSS - FORNECEDORES DE SERVIÇOS	887.078,66	1.135.159,03
TRIBUTOS FEDERAIS RETIDOS POR ORGÃOS PÚBLICOS	2.202.867,47	3.228.729,51
OUTROS TRIBUTOS	466.540,37	528.079,12
TOTAL	9.967.176,54	13.159.173,23



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017**

7.6 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	VALORES (EM R\$)	
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	31/12/2017	31/12/2016
SRF - SELO FÍSICO	4.510.437,46	24.671.212,64
SRF - PROGRAMA SCORPIOS/SICOBÉ	26.388.238,15	26.388.682,63
DIVERSOS CLIENTES	64.054,07	343.058,36
TOTAL	30.962.729,68	51.402.953,63

Durante o exercício de 2017 foram conciliados adiantamentos referentes a selo físico e faturados R\$ 20.160.775,18 (vinte milhões, cento e sessenta mil, setecentos e setenta e cinco reais e dezoito centavos). O valor de R\$ 26.388.682,63 (vinte e seis milhões, trezentos e oitenta e oito mil, seiscentos e oitenta e dois reais e sessenta e três centavos) refere-se ao repasse da Receita Federal do Brasil do programa SICOBÉ/SCORPIOS, ainda não identificados até o mês de agosto de 2016.

7.7 – PROVISÃO PARA CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR

	VALORES (EM R\$)	
CUSTO DO SERVIÇO	31/12/2017	31/12/2016
SICOBÉ	83.456.109,03	380.187.349,90
SCORPIOS	85.895.169,99	28.030.373,96
TOTAL	169.351.279,02	408.217.723,86

O custo de SICOBÉ no valor de R\$ 83.456.109,03 (oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, cento e nove reais e três centavos) é referente as parcelas de 2018 do acordo de pagamento celebrado entre a CMB e a SICPA do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas LTDA e variação de R\$ 296.731.240,87 (duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e trinta e um mil, duzentos e quarenta reais e oitenta e sete centavos) é referente a transferência para longo prazo.

O custo SCORPIOS de R\$ 85.895.169,99 (oitenta e cinco milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, cento e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos) é referente ao saldo no exercício de 2017 das leituras/contagens mensais advindas do relatório gerencial do programa administrado pela Receita Federal do Brasil, que teve aumento por conta da criação do código receita fonte 74 – taxa de poder de polícia registrado no Ministério da Fazenda que inviabilizou o acesso da CMB aos recursos, dificultando repasse contratual à prestadora de serviço.

7.8 – PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017**

VALORES (EM R\$)		
CONCILIAÇÃO DO IRPJ E CSLL	31/12/2017	31/12/2016
Lucro do Exercício antes dos Impostos e Contribuições	(117.596.417,85)	87.194.582,66
Alíquota Normal	34,00%	34,00%
Despesa Esperada à Taxa Nominal	0,00	29.646.158,10
ADIÇÕES/EXCLUSÕES	31/12/2017	31/12/2016
Ajuste Teste de Impairment	900.095,09	-
Provisões/Reversões p/Contingências	1.023.793,93	8.498.854,31
Provisões/Reversões p/Créditos de Liquidação Duvidosa	(37.105.008,40)	51.096.833,74
Provisões/Reversões p/Perda de Investimento	10.425,36	(83.802,58)
Participação do Lucro Diretoria	-	411.344,52
Provisão/Reversão Depreciação Acelerada Incentivada	-	241.873,08
Parcela Lucro Contratos Pessoa Jurídica Dir. Público	(12.660.310,14)	34.757.164,35
Dividendos Recebidos	(232.633,48)	(10.354,53)
Exclusão Parcela referente Vendas Monopolizadas	(248.704.555,98)	(81.878.918,09)
Juros do Tesouro Nacional - NTN	(95.642,55)	(8.454,00)
Depreciação Fiscal maior que Depreciação Econômica	(31.103.124,27)	-
TOTAL ADIÇÕES/EXCLUSÕES	(327.966.960,44)	13.024.540,80
BASE DE CÁLCULO LALUR	(445.563.378,29)	71.560.688,45
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	31/12/2017	31/12/2016
Imposto de Renda	-	17.012.015,73
Contribuição Social	-	6.022.173,77
ALÍQUOTA EFETIVA	0,00%	26,42%

Em 2017, não foram provisionados os valores de imposto de renda de pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido em decorrência do prejuízo fiscal apurado após as adições e exclusões legais.

7.9 – OUTRAS OBRIGAÇÕES

A variação na conta Outras Obrigações consiste no custo da implantação do Plano de Desligamento Voluntário (PDV).

VALORES (EM R\$)		
OUTRAS OBRIGAÇÕES	31/12/2017	31/12/2016
Outras Obrigações de Curto Prazo	4.372.548,65	926.182,46
TOTAL	4.372.548,65	926.182,46

7.9.1 – PLANO DE DESLIGAMENTO VOLUNTÁRIO – PDV

O Plano de Desligamento Voluntário – PDV teve por objetivo incentivar a adequação do seu quadro funcional à nova realidade da Empresa, bem como, proporcionar aos empregados o encerramento do vínculo trabalhista com a CMB de forma socialmente responsável e planejada. Foi destinado a todos os empregados do quadro permanente da CMB que atendiam aos requisitos definidos no regulamento, em 01 de fevereiro de 2017.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

O PDV 2017 teve como público-elegível cerca de 600 empregados, cujos desligamentos ocorreram durante o ano de 2017, em 04 turmas, no período de julho a novembro.

A título de estímulo os incentivos financeiros e sociais foram a indenização equivalente a 40% do saldo do valor do FGTS utilizado para fins rescisórios, a indenização equivalente ao valor referente ao aviso prévio proporcional e a oferta de plano de saúde para empregado titular e cônjuge ou companheira (o) pelo período de até 05 anos, e dependentes pelo período de até 02 anos, mediante coparticipação mensal no valor de 20% do valor das mensalidades praticadas. O número de empregados que aderiram ao PDV foi de 333 (trezentos e trinta e três). O retorno do investimento feito no PDV acontecerá em 7 (sete) meses.

7.10 – MAIOR E MENOR REMUNERAÇÃO DE EMPREGADO

Em dezembro de 2017 a maior remuneração nesta empresa foi de R\$ 29.060,29 (vinte e nove mil, sessenta reais e vinte e nove centavos) e a menor foi de R\$ 2.839,67 (dois mil, oitocentos e trinta e nove reais e sessenta e sete centavos). A remuneração média dos empregados foi de R\$ 8.673,36 (oito mil, seiscentos e setenta e três reais e trinta e seis centavos). Tais remunerações desconsideram Presidente, Diretores, Estagiários e Jovens Aprendizizes.

VALORES (EM R\$)

REMUNERAÇÃO	31/12/2017	31/12/2016
Maior Remuneração	29.060,29	28.837,24
Remuneração Média	8.673,36	9.140,72
Menor Remuneração	2.839,67	2.332,83

NOTA 8 – PASSIVO NÃO CIRCULANTE

8.1 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A CMB possui junto ao Banco do Brasil os seguintes empréstimos com finalidade de financiar o seu Capital de Giro:

- R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) sobre o qual os saldos devedores verificados na conta de empréstimos, decorrentes do lançamento do valor emprestado, bem assim das quantias dele oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, incidirão encargos financeiros correspondentes a 110,9% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). O presente contrato prevê o pagamento da segunda parcela em 08/06/2018, alocada registrada Circulante, juntamente com todas as responsabilidades dele oriundas, aí compreendidos: principal, comissão, encargos financeiros, outros acessórios e quaisquer despesas, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.
- R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) sobre o qual os saldos devedores verificados na conta de empréstimos, decorrentes do lançamento do valor emprestado, bem assim das quantias dele oriundas, devidas a título de acessórios, taxas e despesas, incidirão encargos financeiros correspondentes a 111,9% da taxa média dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Registrado no Não Circulante a última parcela a vencer em 08/06/2019.
- Os referidos encargos dos empréstimos são calculados por dias úteis, mensalmente, a cada data-base, levados a débito da conta vinculada, a cada semestre, no vencimento e na liquidação das dívidas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

8.2 – PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES

A Casa da Moeda do Brasil reconhece e divulga as suas contingências passivas de acordo com os critérios definidos pela Deliberação CVM nº 594/2009, que aprovou o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Provisão para Passivos Contingentes no valor de R\$ 14.568.855,63 (quatorze milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos) foi constituída conforme avaliação do Departamento Jurídico, sendo classificada como sendo provável saída de recursos, conforme composição abaixo:

VALORES (EM R\$)		
PROCESSOS JUDICIAIS - PROVÁVEIS	31/12/2017	31/12/2016
Contingência Trabalhista	2.931.740,15	8.747.702,19
Contingência Cível	11.637.115,48	4.797.359,51
TOTAL	14.568.855,63	13.545.061,70

O saldo das contingências passivas demonstradas no quadro abaixo foi classificado pelo Departamento Jurídico como sendo possível a saída de recursos, esses valores não foram reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2017, conforme preceitua o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

VALORES (EM R\$)		
PROCESSOS JUDICIAIS - POSSÍVEIS	31/12/2017	31/12/2016
Contingência Trabalhista	4.323.000,00	933.000,00
Contingência Cível	229.888.074,08	42.259.554,74
TOTAL	234.211.074,08	43.192.554,74

8.3 – PROVISÃO PARA CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR

VALORES (EM R\$)		
CUSTOS DE SERVIÇOS A FATURAR	31/12/2017	31/12/2016
SICOBÉ	384.998.418,60	62.189.023,29
SCORPIOS	6.931.742,24	2.394.888,79
TOTAL	391.930.160,84	64.583.912,08

O valor de R\$ 384.998.418,60 (trezentos e oitenta e quatro milhões, novecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e dezoito reais e sessenta centavos) refere-se às parcelas de 2019 a 2021 do acordo de pagamento celebrado entre a CMB e a SICPA do Brasil Indústria de Tintas e Sistemas LTDA e o saldo do custo do serviço a faturar sobre a leitura dos envasadores inadimplentes.

8.4 – OUTRAS CONTAS A PAGAR

O valor de R\$ 26.808.839,07 (vinte e seis milhões, oitocentos e oito mil, oitocentos e trinta e nove reais e sete centavos) constituído na rubrica Outras Contas a Pagar no Passivo Não Circulante contempla parcela de longo prazo do plano de saúde dos empregados que aderiram ao PDV-2017.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

NOTA 9 – DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Segundo o Art. 189 Parágrafo único da Lei nº 6.404/1976 o prejuízo do exercício será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem.

A Diretoria Executiva da CMB através Ata da 5ª Reunião da Diretoria de 06 de Fevereiro de 2018 e em consonância com os aspectos legais e societários aprovou utilizar o saldo da Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios não Distribuídos no valor de R\$ 14.291.822,11 (quatorze milhões, duzentos e noventa e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e onze centavos) para compensar parcela do Prejuízo do Exercício de 2017 no valor de R\$ 117.596.417,85 (cento de dezessete milhões, quinhentos e noventa e seis mil, quatrocentos e dezessete reais e oitenta e cinco centavos).

NOTA 10 – CAPITAL SOCIAL

Nos termos do Decreto nº 8.809 de 18 de julho de 2016 o capital da CMB é de R\$ 1.360.677.814,09 (um bilhão, trezentos e sessenta milhões, seiscentos e setenta e sete mil, oitocentos e quatorze reais e nove centavos), pertencente integralmente à União.

VALORES (EM R\$)

CAPITAL	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09
TOTAL	1.360.677.814,09	1.360.677.814,09

NOTA 11 – RESERVAS

11.1 – RESERVAS DE LUCRO

11.1.1 – RESERVA LEGAL

Segundo o Art. 193 da Lei nº 6.404/1976 do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Ao encerramento do exercício de 2017 a CMB apurou prejuízo contábil, de modo que não houve aumento desta reserva no exercício, mantendo o valor de R\$ 18.576.654,14 (dezoito milhões, quinhentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e quatorze centavos) constituída até o Exercício de 2016.

VALORES (EM R\$)

RESERVA DE LUCRO	31/12/2017	31/12/2016
Reserva Legal	18.576.654,14	18.576.654,14
TOTAL	18.576.654,14	18.576.654,14

11.1.2 – RESERVA ESPECIAL DE DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS NÃO DISTRIBUÍDOS

Conforme citado no item 9, a Reserva Especial de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos foi absorvida, em sua totalidade, pelo prejuízo contábil do exercício de 2017.

11.1.3 – RESERVA PARA INVESTIMENTO

O saldo do Prejuízo do Exercício de 2017 no valor de R\$ 103.304.595,74 (cento e três milhões, trezentos e quatro mil, quinhentos e noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos), após a



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

compensação realizada com a Reserva Especial de Dividendos Mínimos Obrigatórios Não Distribuídos no valor de R\$ 14.291.822,11 (quatorze milhões, duzentos e noventa e um mil, oitocentos e vinte e dois reais e onze centavos), foi compensado com as Reservas de Investimento, apresentando a seguinte composição para o exercício de 2017:

VALORES (EM R\$)		
RESERVA DE LUCRO	31/12/2017	31/12/2016
Reserva para Investimento	706.558.870,58	809.863.466,32
TOTAL	706.558.870,58	809.863.466,32

NOTA 12 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

12.1 – RECEITA BRUTA OPERACIONAL

VALORES (EM R\$)		
COMPOSIÇÃO DA RECEITA BRUTA	31/12/2017	31/12/2016
Produtos Monopolizados	631.492.983,29	525.286.498,49
Produtos não Monopolizados	1.957.165,96	4.136.217,68
Serviços Monopolizados	312.043.184,00	1.858.478.251,91
Serviços não Monopolizados	14.731.925,81	20.734.329,22
Outras Vendas	283.118,80	208.115,50
IPI Contido no Faturamento Bruto	(191.351,90)	(387.259,29)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	960.317.025,96	2.408.456.153,51

A redução da Receita Bruta de 2017 justifica-se pela suspensão, em dezembro de 2016, da obrigatoriedade do Sistema de Controle de Bebidas (SICOBE), através do Ato declaratório Executivo (ADE) nº 75/2016.

12.2 – LUCRO BRUTO OPERACIONAL

VALORES (EM R\$)		
DEDUÇÕES SOBRE AS VENDAS	31/12/2017	31/12/2016
Devolução de Vendas	(109.651,20)	(308.393,20)
ICMS	(1.073.161,29)	(1.265.633,78)
ISS	(866.129,49)	(1.013.424,82)
PASEP	(261.373,14)	(396.370,11)
COFINS	(1.218.218,14)	(1.829.326,96)
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(694.831.611,31)	(1.866.667.831,89)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	261.956.881,39	536.975.172,75

Mesmo com a redução dos tributos incidentes sobre as vendas e o custo dos produtos vendidos o efeito da perda da Receita advinda do programa SICOBE encerrado em 13 de Dezembro de 2016 provoca a redução do Lucro Bruto em relação ao exercício de 2016.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017**

12.3 - DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
Despesas com Pessoal	(352.313.844,68)	(332.500.804,07)
Despesas com Insumos	(8.200.059,25)	(4.532.225,66)
Despesas com Serviços	(70.992.356,25)	(76.370.379,06)
Despesas de Depreciação e Amortização	(16.455.327,86)	(16.143.662,02)
Outras Despesas Administrativas	(36.431.126,90)	(12.396.822,24)
Despesas Comerciais	(4.470.031,37)	(732.560,83)
Despesas Tributárias	(6.740.906,84)	(3.869.897,37)
Outras Despesas/Receitas Operacionais	44.560.546,39	(49.867.638,61)
DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	(451.043.106,76)	(496.413.989,86)

Com a implementação pela Diretoria Executiva do Plano de Desligamento Voluntário (PDV), as despesas de indenizações sobre o incentivo foram apropriadas pelo regime de competência ao exercício de 2017 provocando ainda neste período uma pequena variação em relação ao exercício anterior.

O grupo de Despesas com Insumos apresentou aumento em função de maior demanda de peças para manutenção para os equipamentos industriais.

A variação na rubrica Outras Despesas Administrativas justifica-se também pelo PDV no que diz respeito à apropriação no exercício do incentivo promovido pela CMB com relação ao plano de saúde aos empregados desligados.

A variação no grupo Despesas Comerciais ocorreu devido à mudança de empresa que promovia a entrega dos selos postais e passaportes. Em 2016 esse serviço era realizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, sendo classificado como despesa de correios e telégrafos no grupo Despesas com Serviço. A partir de 2017, com a contratação de empresas transportadoras especializadas, o serviço passou a ser classificado no grupo de Despesas Comerciais – Fretes e Carretos.

A variação na rubrica Outras Despesas/Receitas Operacionais refere-se, em parte, na reversão da PECLD constituída no exercício de 2016 no valor de R\$ 90.387.206,03 (noventa milhões, trezentos e oitenta e sete mil, duzentos e seis reais e três centavos) e na constituição da PECLD do exercício de 2017 no montante de R\$ 34.834.157,56 (trinta e quatro milhões, oitocentos e trinta e quatro mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta e seis centavos), conforme explicitado no item 5.3 desta Nota.

Mantendo o mesmo critério adotado no ano anterior, alterou-se a forma de contabilização pelo valor líquido a ser recebido pela CMB por força do contrato dos programas SICOBE e SCORPIOS através das leituras/contagens mensais advindas do relatório gerencial do programa administrado pela Receita Federal do Brasil, de modo a reduzir a base de cálculo da tributação do IRPJ/CSLL.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017**

12.4 – RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO FINANCEIRO	VALORES (EM R\$)	
	31/12/2017	31/12/2016
Rendimento sobre Aplicações Financeiras	33.755.794,11	65.741.699,54
Juros sobre Créditos Tributários	54.401.604,68	21.322.962,35
Atualizações Monetárias	2.526.328,69	3.326.328,63
Variação Cambial sobre Importações e Exportações	2.717.906,03	4.740.324,38
Juros sobre Créditos a Receber	547.524,96	16.230,00
Receita de Dividendos	232.633,48	10.354,53
Outras Receitas Financeiras	83.698,86	417.491,77
RECEITAS FINANCEIRAS	94.265.490,81	95.575.391,20
Encargos Financeiros sobre Previdência Complementar	(910.476,54)	(2.450.880,35)
Despesas Financeiras	(168.351,99)	(353.000,56)
Variação Cambial sobre Fornecedores no Exterior	(2.907.588,78)	(3.367.962,73)
Juros e Encargos Financeiros sobre Dívida Contraída	(13.681.920,80)	(28.659.054,36)
Atualização Monetária sobre Dividendos à União	-	(8.870.390,93)
Outras Despesas Financeiras	(4.314.042,59)	(3.187.246,59)
Variação Cambial sobre Importações e Exportações	(793.302,59)	(6.037.755,96)
DESPESAS FINANCEIRAS	(22.775.683,29)	(52.926.291,48)
RESULTADO FINANCEIRO	71.489.807,52	42.649.099,72

A melhora no Resultado Financeiro é devido à redução nas Despesas Financeiras, se destacando a redução nos juros e encargos sobre a dívida, uma vez que o saldo devedor está reduzido à última parcela dos contratos de empréstimos. Cabe destaque também para redução nas despesas de variação cambial, decorrentes da diminuição no volume de importações e exportações, além das atualizações da SELIC sobre os créditos tributários.

NOTA 13 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O fato excepcional ocorrido na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido foi a compensação do prejuízo contábil do exercício com a Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos e a Reservas para Investimentos, conforme preconiza o Art. 189 Parágrafo único da Lei nº 6.404/1976.

NOTA 14 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Casa da Moeda do Brasil mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica. O reconhecimento destes benefícios se dá pela forma disposta pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

NOTA 15 – OBRIGAÇÕES COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA

Na forma preconizada pela Deliberação CVM nº 695, de 13/12/2012, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre o programa de benefícios pós-emprego da Casa da Moeda do Brasil - CMB. A avaliação atuarial foi realizada pela Assistants Assessoria, Consultoria e Participações Ltda. - ASSISTANTS, com base em informações fornecidas pela Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil - CIFRÃO e pela Casa da Moeda do Brasil - CMB.

15.1 Plano previdenciário e outros benefícios a empregados

15.1.1. Da Controladora

15.1.1.1. Programa Previdenciário

A Casa da Moeda do Brasil é mantenedora de um programa previdenciário enquadrado no regime de previdência privada (Fundos de Pensão) admitido constitucionalmente como complementar aquele do Regime Geral provido pelo Estado, sob legislação específica (Lei nº 6435/77, revogada e substituída pela Lei Complementar nº 109/2001). Segundo esse normativo, os fundos de pensão são constituídos sob contribuições de empregados e empregadores, sob regime de capitalização, com regulamentação própria, geridos de forma independente através de entidades de finalidade específica criadas pelas empresas. A CMB, através de sua entidade de previdência complementar denominada CIFRÃO, instituiu um plano de benefícios definidos (PBDC, cuja principal característica previa a preservação de uma renda de inatividade similar ao nível das últimas remunerações dos empregados. Esse plano encontra-se fechado para novas adesões desde 27/01/2011.

Em 02 de setembro de 2010, como consequência das disposições das Leis Complementares nº 108 e 109/2001, a Casa da Moeda do Brasil instituiu um novo plano de previdência complementar, denominado MoedaPrev, no modelo de plano de contribuições definidas durante a fase de capitalização, cuja característica principal é o de assegurar uma renda na inatividade como contrapartida a contribuições prévia e paritariamente fixadas para a empresa e para os participantes. A contabilização dos planos de contribuição definida é direta porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial. Por essa razão, somente foi avaliado neste relatório o programa previdenciário criado sob a característica de Benefício Definido.

A Casa da Moeda do Brasil também é mantenedora de um plano de saúde a favor de seus empregados, porém contratado sob o modelo de faixas etárias, o que não caracteriza risco de subsídio indireto da empresa aos funcionários inativos. Por essa razão, o plano também foi excluído da avaliação de benefícios pós-emprego deste Relatório Atuarial.

O programa de benefícios previdenciários é mantido através das seguintes modalidades de planos:

O Plano BD oferece os seguintes benefícios previdenciários:

- Complementação de Aposentadoria por Invalidez
- Complementação de Aposentadoria por Tempo de Serviço (ou Contribuição)
- Complementação de Aposentadoria por Velhice (Idade)
- Complementação de Aposentadoria Especial
- Benefício de Pensão
- Benefício de Abono Anual



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

- Suplementação de Auxílio-Doença

Além dos benefícios previdenciários acima, o Plano BD garante os seguintes direitos:

- Benefício Mínimo
- Resgate de Contribuições
- Benefício Proporcional Diferido
- Autopatrocínio

Prevalece o regime atuarial de capitalização e com avaliações periódicas realizadas em conformidade com a legislação da previdência privada, reportadas ao órgão de fiscalização e controle do Ministério da Previdência Social.

A CMB adota os procedimentos recomendados pelas Normas Internacionais de Contabilidade emanadas pelo IASB - International Accounting Standards Board, uma entidade privada sem fins lucrativos, com sede em Londres, que atua na padronização de normas contábeis com o objetivo de permitir análises comparativas globais, deve avaliar as obrigações assumidas em relação aos benefícios pós-emprego mantidos a favor de seus colaboradores, tais como planos previdenciários, planos de assistência médica, seguros de vida, entre outros (formais ou informais). A adoção das normas do IASB pela CMB permite o melhor entendimento de suas operações e assegura os padrões necessários à credibilidade da Instituição. O trabalho de padronização do IASB tem o apoio do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Bank for International Settlements (BIS) e do Banco Mundial (BIRD), que vêm incentivando a adoção das normas pelas empresas, governos e organismos normatizadores nacionais.

Em 31/12/2017, o valor presente das obrigações da CMB, segundo as normas acima mencionadas, para com o programa previdenciário era de R\$ 520.699.532,42 (quinhentos e vinte milhões, seiscentos e noventa e nove mil, quinhentos e trinta e dois reais e quarenta e dois centavos). Os ativos acumulados e investidos no mercado financeiro através da CIFRÃO, na mesma data, montavam R\$ 379.913.077,60 (trezentos e setenta e nove milhões, novecentos e treze mil, setenta e sete reais e sessenta centavos), revelando pois, um déficit de cobertura de R\$ 140.786.454,82 (cento e quarenta milhões, setecentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e dois centavos). Dadas as características do plano, que permite o rateio do déficit junto aos participantes em proporções iguais, e ao avançado estágio de aprovação deste junto à PREVIC, a Casa da Moeda do Brasil opta por registrar 50% do déficit apurado, entendendo ser o restante devido pelos participantes do Plano de Benefício Definido.

Para a estimativa das obrigações de longo prazo, a ASSISTANTS utilizou o método do Crédito Unitário Projetado. Esse método (também conhecido como método de benefícios acumulados com pró-rata de serviço ou como método benefício/anos de serviço) considera cada período de serviço como dando origem a uma unidade adicional de direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

A seguir, descrevemos detalhadamente as premissas atuariais adotadas, estabelecidas de forma imparcial pelo atuário independente:

- Taxa de Juros de Longo Prazo

O método utilizado para cálculo da taxa de desconto foi a “Duration” baseada nos fluxos futuros de pagamento de benefícios. Esse método está de acordo com as normas nacionais e internacionais que versam sobre o tema.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

A seguir, o fluxo estimado de pagamentos e a taxa correspondente de NTN-B, dada pela ANBIMA:

Ano	Valor Projetado (R\$)	Valor Presente (R\$)	NTN-B	Ano	Valor Projetado (R\$)	Valor Presente (R\$)	NTN-B
2018	23.817.664,47	23.079.132,24	3,20%	2039	19.917.274,03	6.249.280,31	5,41%
2019	24.699.025,80	23.391.532,81	2,76%	2040	17.304.008,54	5.117.084,45	5,44%
2020	26.039.312,22	23.135.503,77	4,02%	2041	14.933.165,42	4.188.151,10	5,44%
2021	27.166.097,34	22.865.743,28	4,40%	2042	11.947.656,99	3.177.955,52	5,44%
2022	28.004.938,30	22.100.851,90	4,85%	2043	10.531.987,01	2.656.868,05	5,44%
2023	28.615.152,15	21.304.325,11	5,04%	2044	8.772.055,04	2.098.725,42	5,44%
2024	29.534.193,92	20.789.833,25	5,14%	2045	7.194.042,33	1.610.428,81	5,49%
2025	30.393.058,07	20.347.837,80	5,14%	2046	6.006.844,70	1.274.675,20	5,49%
2026	30.483.637,62	19.359.372,10	5,17%	2047	5.277.426,69	1.061.597,61	5,49%
2027	31.389.311,65	18.953.869,14	5,17%	2048	4.386.033,32	836.361,90	5,49%
2028	30.746.964,56	17.652.651,27	5,17%	2049	3.591.386,96	649.185,94	5,49%
2029	30.841.393,23	16.835.781,93	5,17%	2050	2.858.639,76	488.459,16	5,50%
2030	29.834.224,73	15.200.736,82	5,32%	2051	2.031.510,09	329.029,89	5,50%
2031	29.849.892,08	14.439.950,90	5,32%	2052	1.469.836,14	225.648,70	5,50%
2032	29.650.262,87	13.618.352,37	5,32%	2053	1.113.966,78	162.100,25	5,50%
2033	28.285.967,61	12.335.027,63	5,32%	2054	770.221,53	106.236,72	5,50%
2034	27.348.923,22	11.323.544,39	5,32%	2055	609.407,31	80.829,99	5,46%
2035	26.127.866,25	10.121.183,63	5,41%	Total	700.646.230,45	381.323.852,68	5,21%
2036	24.107.438,80	8.859.243,11	5,41%				
2037	23.201.015,57	8.088.551,01	5,41%				
2038	21.794.427,35	7.208.209,20	5,41%				

•Inflação

A taxa de inflação aplicada nas projeções de curto prazo, quando requerida no processo de avaliação atuarial, foi de 4,40% para 2018, conforme indicação do Boletim Focus, do Banco Central do Brasil.

•Taxa Real de Crescimento Salarial

A premissa crescimento salarial de longo prazo foi determinada a partir da política de cargos e salários, dos reajustes salariais dos empregados da Empresa, e do crescimento vegetativo da folha de pagamentos da Patrocinadora. Segundo as informações recebidas, a premissa mais aderente para a projeção salarial de longo prazo a ser utilizada é de 1,5%aa.

•Taxa de Rotatividade

A avaliação atuarial dos programas tem por base o princípio da continuidade empresarial. A taxa de rotatividade adotada nas avaliações é nula.

•Tábuas Biométricas

As premissas biométricas foram objeto de teste de aderência realizado pela Cifrão e confirmadas pela ASSISTANTS. Os testes realizados e reportados em relatório específico demonstraram os seguintes resultados:

Tábua geral de sobrevivência

AT-83 Basic.

Tábua de entrada em invalidez

Álvaro Vindas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

Mortalidade de inválidos

Winkelevoss desagravada em 30%.

•Fatores de Capacidade de Salários e de Benefícios

No programa de previdência privada, considerando a inflação anual projetada de 4,40% e seu efeito sobre salários e benefícios, esses fatores foram determinados em 0,98.

•Projeções de Vínculos Futuros

Para efeito de estimação de vínculos e características etárias futuras, os padrões adotados foram:

Servidores com cônjuges no período pós-emprego: 95%

Diferença de idade entre servidores e cônjuges: 4 anos a mais para homens.

Desta forma, de acordo com as hipóteses anteriormente descritas, o resultado da avaliação pode ser assim resumido:

Participantes em atividade				
Faixa etária	Nº empregados	Idade média	Tempo médio de empresa (em anos)	Salário médio (em R\$)
34-38 anos	1	35,94	15,83	4.394,87
39-43 anos	6	41,49	18,95	6.549,00
44-48 anos	10	47,42	25,46	8.405,60
49-53 anos	58	51,84	28,85	8.350,71
54-58 anos	85	56,76	32,91	9.184,48
59-63 anos	121	61,41	36,79	9.222,97
64-68 anos	45	65,74	37,71	11.113,56
69-73 anos	21	70,62	42,49	9.798,88
Total Geral	347	58,97	34,28	9.264,07
Ano 2016	422	58,43	33,82	9.295,76

Aposentados			
Faixa etária	Nº aposentados	Idade média	Benefício médio (em R\$)
44-48 anos	4	48,04	451,22
49-53 anos	11	51,95	470,44
54-58 anos	32	57,43	2.469,09
59-63 anos	133	61,74	2.852,49
64-68 anos	184	66,52	2.257,89
69-73 anos	152	71,12	2.516,58
74-78 anos	59	76,61	4.124,93
79-83 anos	26	80,94	4.664,23
84-88 anos	14	86,56	1.272,65
89 anos ou mais	11	92,13	3.264,48
Total Geral	626	68,23	2.686,44
Ano 2016	580	68,04	2.334,92



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017**

Pensionistas			
Faixa etária	Nº pensionistas	Idade média	Benefício médio (em R\$)
(em R\$)			
29-33 anos	1	30,53	330,69
39-43 anos	2	43,2	2.901,12
44-48 anos	7	46,47	1.606,46
49-53 anos	12	51,87	1.089,51
54-58 anos	23	56,31	1.530,70
59-63 anos	41	61,99	1.804,00
64-68 anos	42	66,38	2.400,06
69-73 anos	29	71,13	1.773,90
74-78 anos	20	76,33	3.776,96
79-83 anos	18	81,68	1.692,98
84-88 anos	32	86,47	1.241,66
89 ou mais	17	92,75	2.129,11
Total Geral	244	70,05	1.941,84

Movimentação das obrigações e ativos financeiros			
Item	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Obrigações no início do exercício	434.104.103,33	438.736.413,15	520.699.532,42
Custo do serviço corrente	6.863.076,14	4.905.986,22	5.537.932,21
Juros sobre a obrigação atuarial	57.647.955,59	46.333.779,43	48.889.399,50
(Ganhos)/Perdas atuariais	(36.015.909,38)	61.965.116,84	-
(-) Benefícios pagos no ano	(23.862.812,53)	(31.241.763,22)	(23.817.664,47)
Obrigações no final do exercício	438.736.413,15	520.699.532,42	551.309.199,66
Valor justo dos ativos financeiros no início do Exercício	272.171.855,73	325.392.059,00	379.913.077,60
Rentabilidade líquida esperada sobre os ativos financeiros	36.892.958,68	35.702.252,46	36.547.647,29
Contribuições patronais normais	7.363.397,68	6.791.897,64	7.232.555,96
Contribuições normais participantes	8.545.425,15	7.625.178,23	8.119.899,79
(-) Benefícios pagos	(23.862.812,53)	(31.241.763,22)	(23.817.664,47)
Ganhos/(Perdas) nos ativos financeiros	24.281.234,29	35.643.453,49	-
Ativos financeiros no final do exercício	325.392.059,00	379.913.077,60	407.995.516,17
(Déficit)/Superávit apurado	(113.344.354,15)	(140.786.454,82)	(143.313.683,48)
Risk Sharing	56.672.177,08	70.393.227,41	71.656.841,74
Contrato de dívida	14.991.946,04	7.854.778,16	-
Passivo ao final do exercício	(41.680.231,04)	(62.538.449,25)	(71.656.841,74)



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017**

Composição dos ativos financeiros marcados à mercado				
Composição da Carteira	31/12/2017	%	31/12/2016	%
Fundos de investimento Renda Fixa	306.582.214,40	81%	255.658.565,00	79%
Fundos de Ações	49.879.870,71	13%	36434298,00	11%
Investimentos Imobiliários	12.063.339,02	3%	12.113.709,00	4%
Empréstimos e Financiamentos	11.398.089,27	3%	10.701.912,00	3%
Outros	-	-	80.142,19	0%
Disponível	15.677,91	0%	9.423,04	0%
Outras exigibilidades (-)	(26.113,71)	0%	(867,35)	0%
Ajuste à mercado	-	-	10394877,13	3%
Ativo Líquido	379.913.077,60	100%	325.392.059,00	100%

Movimentação de Outros Resultados Abrangentes - ORA	
Saldos	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(42.986.897,33)
Total dos (ganhos)/perdas apurados no ano	12.112.602,66
50% do (Ganho)/perda no valor das obrigações	30.982.558,42
50% do (Ganho)/perda nos ativos financeiros	(17.821.726,74)
50% do Custo do ano	(4.372.807,78)
50% da contribuição dos participantes	(3.812.589,11)
Variação do contrato de dívida	7.137.167,88
Saldo no final do ano	(30.874.294,67)

Movimentação do passivo líquido	31/12/2017
Passivo atuarial no início do exercício (a)	41.680.231,04
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA com Risk Sharing aplicado (b)	12.112.602,66
Despesa/(receita) reconhecida durante o exercício (c) = (d) + (e) + (f) + (g)	8.745.615,55
Custo do serviço corrente (d)	4.905.986,22
Juros sobre a obrigação atuarial (e)	46.333.779,43
(-) Rendimento esperado sobre os investimentos (f)	(35.702.252,46)
(-) Contribuições normais do patrocinador (g)	(6.791.897,64)
Total (h) = (a) + (b) + (c)	62.538.449,25
Reversão em DRE da parcela devida pelos participantes do plano (i) = (j) + (k)	(14.500.145,46)
Reversão de exercícios anteriores (j)	(10.127.337,68)
Reversão do exercício (k)	(4.372.807,78)
Passivo atuarial líquido ao final do exercício (l) = (h) + (i)	48.038.303,79

Composição dos (ganhos)/perdas sobre as obrigações calculadas	
Item	Impacto em R\$
Redução da taxa de desconto	58.067.310,31
Ajustes de experiência	3.897.806,53
(Ganho)/Perda ao final do exercício	61.965.116,84



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

Projeção de custos para 2018:

Custo dos juros sobre as obrigações calculadas:

Item	31/12/2018 (em R\$)
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	51.232.876,67
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	(2.343.477,17)
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	48.889.399,50

Rentabilidade esperada para o próximo exercício:

Item	31/12/2018 (em R\$)
Rentabilidade esperada sobre os ativos financeiros	37.380.559,50
Rentabilidade esperada sobre as contribuições de participantes e patrocinadores	1.510.564,97
(-) Perda de rentabilidade com pagamentos de benefícios	(2.343.477,17)
Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	36.547.647,29

Receita/(despesa) projetada para 31/12/2018:

Item	31/12/2018 (em R\$)
Custo do serviço corrente	5.537.932,21
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	48.889.399,50
(-) Contribuições esperadas de participantes	(8.119.899,79)
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	(36.547.647,29)
Total da despesa/(receita) apurada	9.759.784,62
Risk Sharing	(4.879.892,31)
Despesa/(Receita) líquida para o próximo exercício	4.879.892,31

Teste de sensibilidade das hipóteses

Esta análise foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações. Conforme demonstrado nos quadros abaixo, para o Programa de Previdência, as premissas analisadas foram as taxas de desconto e de crescimento salarial:

Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas		
Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	520.699.532,42	-
Aumento (1%)	455.161.831,70	-13%
Redução (1%)	592.026.172,81	14%

Sensibilidade do crescimento salarial sobre as obrigações calculadas		
Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	520.699.532,42	-
Aumento (1%)	530.319.263,62	2%
Redução (1%)	511.511.584,86	-2%

15.2. Plano de Desligamento Voluntário

O Plano de Desligamento Voluntário – PDV da Casa da Moeda do Brasil – CMB tem por objetivo incentivar a adequação do seu quadro funcional à nova realidade da Empresa, bem como, proporcionar



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

aos empregados o encerramento do vínculo trabalhista com a CMB de forma socialmente responsável e planejada. O PDV CMB 2017 é destinado a todos os empregados do quadro permanente da CMB que atendam aos requisitos exigidos, na data de referência de 01.02.2017 e tem como público-elegível cerca de 600 empregados, cujos desligamentos devem ocorrer durante o ano de 2017, em até 04 turmas, cabendo exclusivamente à CMB definir o cronograma de desligamento dos empregados optantes pelo PDV. Para ser considerado elegível, o empregado deverá atender a pelo menos um dos seguintes requisitos na data de 30/06/2017:

- a) Empregados já aposentados pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS ou que sejam elegíveis para aposentadoria pelo INSS até 30 de junho de 2017, com pelo menos 10 anos de tempo de vínculo empregatício com a CMB, excluídos os aposentados por invalidez; e
- b) Empregados com vínculo empregatício com a CMB de no mínimo 30 (trinta) anos e idade mínima de 49 (quarenta e nove) anos.

O Tempo de vínculo empregatício na CMB será contado em anos inteiros, a partir da data de admissão até a data de 30 de junho de 2017, incluídos os períodos de cessão a outros órgãos públicos e de afastamento na vigência do contrato de trabalho, não sendo considerado como tempo de serviço o período de suspensão de que trata a Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994. Estão impedidos de aderir ao PDV CMB 2017 os empregados que estiverem com seu contrato individual de trabalho suspenso por motivo de aposentadoria por invalidez.

15.2.1. Incentivos financeiros do programa

O empregado que solicitar adesão ao PDV - CMB 2017 receberá todas as verbas rescisórias previstas em lei para desligamento a pedido, e:

- a) A indenização equivalente a 40% do saldo do valor do FGTS utilizado para fins rescisórios;
- b) A indenização equivalente ao valor referente ao “Aviso Prévio” proporcional, calculado de acordo com a Lei nº 12.506, de 11 de outubro de 2011, ou seja, mínimo de 01 remuneração e máximo de 03 remunerações, dependendo do tempo de Empresa do empregado.
- c) A oferta de plano de saúde, para empregado titular e cônjuge ou companheira(o) pelo período de 05 anos, e dependentes pelo período de 02 anos, mediante coparticipação mensal no valor de 20% ou reembolso por parte da CMB no valor de 80% (oitenta por cento) do valor das mensalidades praticadas;
- d) Possibilidade de substituir, no momento da adesão e de forma irrevogável, o plano de saúde oferecido no item “c”, por indenização pecuniária parcelada, no valor mensal de R\$900,00 (novecentos reais) por um período de 05 (cinco) anos.

O valor total máximo a ser pago ao(à) empregado(a) aderente não poderá ser superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), não incluídas as verbas relacionadas às férias e ao 13º salário. O valor mínimo a ser pago ao(à) empregado(a) aderente não poderá ser inferior a R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), não incluídas as verbas relacionadas às férias e ao 13º salário.

As obrigações relacionadas ao plano de assistência médica ou a indenização pecuniária, descritos nos itens “c” e “d” anteriores, implicam em passivos de longo prazo e estão avaliadas para fins de inclusão de seus valores nas demonstrações financeiras da empresa.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

15.2.2. Premissas adotadas

15.2.2.1. Taxa de juros de longo prazo

Acompanhando as normas contábeis vigentes, para a definição da taxa de juros de longo prazo foram adotadas as taxas de mercado dadas pelos títulos de emissão do governo federal em leilões mais recentes (NTN-B), comparadas ao fluxo das obrigações de longo prazo, sob a Metodologia chamada de “Duration”. A Duration, ou Duração de Macaulay, é definida como o prazo médio das operações ponderado pelos fluxos de caixa e pode assim ser definida:

Onde:

VP_i = é o valor presente do i -ésimo fluxo de caixa; t_i = é o prazo decorrente i -ésimo fluxo de caixa;
 D = Duration.

15.2.2.2. Inflação

A taxa de inflação aplicada nas projeções de curto prazo, quando requerida no processo de avaliação atuarial, foi de 4,40% para 2018, conforme indicação do Boletim Focus, do Banco Central do Brasil.

15.2.2.3. Tábuas biométricas

As premissas biométricas foram objeto de teste de aderência realizado pela ASSISTANTS, que utilizou como base o histórico de benefícios e mortalidade dos últimos 5 anos da Patrocinadora. Os testes realizados e reportados em relatório específico demonstraram os seguintes resultados:

Tábua geral de sobrevivência

AT-83 Basic, segregada por sexo.

15.2.2.4. Projeções de vínculos futuros

Para efeito de estimação de vínculos e características etárias futuras, adotamos o cadastro real fornecido pela empresa relativo aos optantes do PDV.

Para a realização dos trabalhos de avaliação, a CMB repassou à ASSISTANTS os dados relativos aos diversos programas, de acordo com um “Caderno Preparatório” preliminarmente encaminhado, na data-base de 30/09/2017, destacando-se:

- Cadastro dos participantes optantes do Plano de Desligamento Voluntário, contendo datas de nascimento, valor mensal do plano



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

15.2.3. Base cadastral

Os dados encaminhados podem assim ser resumidos, segregados por tipo de beneficiários:

População total do Programa de Desligamento Voluntário							
Faixa etária	Funcionários	Cônjuges	Dependentes	Total beneficiários	Idade média	Valor médio (R\$)	Tempo médio até a extinção
0-18 anos	-	-	18	18	14,55	170,47	2,00
19-23 anos	-	-	21	21	21,51	194,57	1,67
24-28 anos	-	-	28	28	26,54	269,3	2,00
29-33 anos	-	1	18	19	30,99	337,53	2,16
34-38 anos	-	1	5	6	36,39	358,87	2,50
39-43 anos	-	2	-	2	42,2	362,43	5,00
44-48 anos	1	17	-	18	46,92	787,94	5,00
49-53 anos	14	33	-	47	51,41	699,08	4,95
54-58 anos	72	65	-	138	56,9	848,52	4,91
59 ou mais	246	121	49	416	66,3	991,15	4,54
Total Geral	333	240	139	712	57,57	842,13	4,32

População que optou pelo plano médico por 5 anos							
Faixa etária	Funcionários	Cônjuges	Dependentes	Total beneficiários	Idade média	Valor médio (R\$)	Tempo médio até a extinção
0-18 anos	-	-	18	18	14,55	170,47	2,00
19-23 anos	-	-	21	21	21,51	194,57	1,67
24-28 anos	-	-	28	28	26,54	269,3	2,00
29-33 anos	-	-	18	18	30,86	306,28	2,00
34-38 anos	-	1	5	6	36,39	358,87	2,50
39-43 anos	-	2	-	2	42,2	362,43	5,00
44-48 anos	-	4	-	4	46,79	395,74	5,00
49-53 anos	7	17	-	24	51,32	506,53	4,96
54-58 anos	38	33	-	72	56,96	801,32	4,90
59 ou mais	143	73	49	265	67,68	1.043,09	4,35
Total Geral	188	130	139	457	56,27	809,91	4,00

Participantes que optaram pelo incentivo financeiro de R\$ 900,00							
Faixa etária	Funcionários	Cônjuges	Dependentes	Total beneficiários	Idade média	Valor médio (R\$)	Tempo médio até a extinção
29-33 anos	-	1	-	1	33,26	900	5,00
34-38 anos	-	-	-	-	-	-	-
39-43 anos	-	-	-	-	-	-	-
44-48 anos	1	13	-	14	46,96	900,00	4,99
49-53 anos	7	16	-	23	51,5	900,00	4,94
54-58 anos	34	32	-	66	56,85	900,00	4,92
59 ou mais	103	48	-	151	63,89	900,00	4,88
Total Geral	145	110	-	255	59,9	900,00	4,90



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017**

15.2.4. Resultados

Movimentação das obrigações e ativos financeiros		
Item	31/12/2017	31/12/2018
Obrigações no início do exercício	-	30.150.599,37
Custo do serviço corrente	-	-
Juros sobre a obrigação atuarial	-	2.058.702,63
(Ganhos)/Perdas atuariais	31.026.537,88	-
(-) Benefícios pagos no ano	(875.938,51)	-6519185,23
Obrigações no final do exercício	30.150.599,37	25690116,77
Ativos financeiros no final do exercício	-	-
(Déficit)/Superávit apurado	(30.150.599,37)	(25.690.116,77)

Custo dos juros sobre as obrigações calculadas	
Item	31/12/2018
Juros sobre as obrigações atuariais no início do exercício	2.626.635,80
(-) Redução nos juros por pagamento de benefícios	-567933,16
Juros líquidos sobre as obrigações calculadas	2.058.702,63

Despesa/(Receita) projetada para o próximo exercício	
Item	31/12/2018 (em R\$)
Custo do serviço corrente	-
Custo líquido de juros sobre as obrigações atuariais	2.058.702,63
(-) Contribuições esperadas de participantes	-
(-) Rentabilidade líquida sobre os ativos financeiros	-
Total da despesa/(receita) apurada	2.058.702,63

Reconciliação do passivo atuarial líquido	
Movimentação do passivo líquido	31/12/2017
Passivo atuarial no início do exercício (a)	-
(Ganho)/perda a ser reconhecido em ORA (b)	-
Despesa/(receita) a ser reconhecida em DRE (c) = (d) + (e) + (f) + (g)	30.150.599,37
Custo do serviço corrente (d)	-
Juros sobre a obrigação atuarial (e)	-
Avaliação Atuarial Inicial (f)	31.026.537,88
(-) Benefícios pagos durante o ano (g)	(875.938,51)
Total (h) = (a) + (b) + (c)	30.150.599,37
Passivo já reconhecido (i)	(16.091.533,38)
Passivo líquido ao final do exercício (j) = (h) + (i)	14.059.065,99



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

Sensibilidade da taxa de desconto sobre as obrigações calculadas		
Taxa	Total da Obrigação	Variação %
Real	30.150.599,37	-
Aumento (1%)	26.355.702,63	-13%
Redução (1%)	34.280.699,03	14%

15.3. Resultados apurados

Relativamente ao plano previdenciário e mantendo o critério adotado nos exercícios anteriores, a Casa da Moeda do Brasil optou por descontar do déficit total apurado a parcela correspondente aos participantes, reduzindo o passivo total em 50%, conforme demonstrado no quadro “Movimentação das Obrigações e Ativos Financeiros”, linha Risk Sharing, no montante de R\$ 70.393.227,41 (setenta milhões, trezentos e noventa e três mil, duzentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos);

Como consequência da paridade adotada, o saldo de Outros Resultados Abrangentes (ORA) foi calculado descontando-se 50% dos ganhos e perdas apurados no exercício, atribuídos aos participantes. Essa contabilização está devidamente demonstrada em quadros anteriores.

O custo projetado para 2018, em consonância com a prática adotada pela empresa, também exclui a parcela de equacionamento do déficit de responsabilidade dos participantes do plano.

O passivo calculado para o programa de desligamento voluntário refere-se aos compromissos totais assumidos pela empresa e estão sendo reconhecidos em sua integralidade no Resultado do exercício, seguindo as orientações do CPC nº 33 – R1;

NOTA 16 – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – EQUACIONAMENTO DO DÉFICIT DO PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO CIFRÃO (PBDC)

A Casa da Moeda do Brasil (CMB), a Fundação de Previdência da Casa da Moeda do Brasil (CIFRÃO) e a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) celebraram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), publicado no Diário Oficial da União em 19/12/2014, por meio do qual foi estabelecido um compromisso para o equacionamento do déficit do Plano Benefício Definido CIFRÃO (PBDC) e foi fixado um cronograma de execução e implementação das medidas propostas.

Pelo objeto do TAC, os compromissários devem equacionar a situação deficitária do Plano PBDC por meio da migração voluntária dos seus participantes, ativos e assistidos, para o Plano de Contribuição Variável – MoedaPrev, administrado pela CIFRÃO.

A data prevista originalmente para a conclusão do TAC se encerrou no dia 11 de junho de 2016, conforme disposto no item 22 do cronograma original. A partir da demora verificada nas análises realizadas pelos órgãos de supervisão e controle da patrocinadora, no caso o Ministério da Fazenda (MF) e a atual Secretaria de Controle e Governança das Empresas Estatais (SEST), houve a necessidade de reprogramação das atividades, sendo que a nova data prevista para sua conclusão é 24/01/2019.

Ressalte-se que a Diretoria Executiva da CIFRÃO, por meio do Ofício nº 012/2015, de 14 de setembro de 2015, obteve junto à PREVIC a suspensão da contagem dos prazos, Ofício nº 130/ERRJ/PREVIC, de 25 de setembro de 2015, até que os órgãos de supervisão e controle pudessem emitir seus respectivos pareceres.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

Desta forma, no dia 1º de junho de 2016, com atraso de 370 (trezentos e setenta) dias, a CIFRÃO de posse das manifestações do MF e da SEST, pode finalizar as etapas 10 e 11 do cronograma. Posteriormente, se fez necessário ajustar as propostas de alteração dos regulamentos conforme recomendações dos órgãos de supervisão e controle da CMB, além da obrigatoriedade de atualizar todos os estudos atuariais antes do envio do processo do TAC à PREVIC para análise final, que acarretou na reprogramação das demais ações, conforme exposto no cronograma abaixo:

Item	Descrição da Etapa/Atividade	Responsável	Novo Prazo
11	Providências do patrocinador para envio do processo e obtenção de resposta junto ao seu órgão de supervisão	CMB /MF /DEST	01/06/2016
12	Comunicado aos participantes e assistidos do processo	CIFRÃO	26/03/2018
13	Montagem do dossiê para o envio do pedido de aprovação para a PREVIC	CIFRÃO	09/04/2018
14	Análise do processo pela PREVIC	PREVIC	29/05/2018
15	Implantação do processo de migração após aprovação pela PREVIC		
16	Elaboração dos termos individuais	CIFRÃO	28/06/2018
17	Criação de simulador	CIFRÃO	28/06/2018
18	Campanha de divulgação	CIFRÃO	27/08/2018
19	Período de opção dos participantes	CIFRÃO	26/10/2018
20	Implantação operacional da opção	CIFRÃO	25/11/2018
21	Levantamento de dados após o fim do processo migratório para fins de Avaliação Atuarial dos planos	CIFRÃO	25/12/2018
22	Estudo apurando os resultados da migração e ajustes do custeio do PBDC para participantes e assistidos remanescentes	CIFRÃO	24/01/2019

Cabe informar que existe a recomendação da Auditoria Externa, Maciel Auditores, para que a Casa da Moeda do Brasil efetivamente implemente o plano de amortização conforme estipulado pelo TAC, bem como que verifique periodicamente a aderência efetiva das novas premissas atuariais adotadas haja vista o expressivo ganho atuarial conquistado.

NOTA 17 – OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Em conformidade com o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 26 (R1) a CMB e com base na análise da ASSISTANTS, apurou o saldo de R\$ 30.874.294,67 (trinta milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e sete centavos) como Outros Resultados



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO DE 2017

Abrangentes referente ao superávit apurado na CIFRÃO, valor este já líquido do contrato de dívida e calculado de acordo com o item 58 do Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 33 (R1) apresentado nesta nota.

NOTA 18 – EVENTO SUBSEQUENTE

A CMB em janeiro de 2018 obteve a restituição do montante de R\$ 18.605.350,00 (dezoito milhões, seiscentos e cinco mil, trezentos e cinquenta reais) referentes a créditos derivados de saldo negativo de apuração de exercícios anteriores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, além de fazer uso de tais Créditos Tributários para compensação de Tributos Federais no montante de R\$ 8.610.447,00 (oito milhões, seiscentos e dez mil, quatrocentos e quarenta e sete reais), através de Declaração de Compensação.

NOTA 19 – FATO RELEVANTE

A CMB vem atuando, desde o último trimestre de 2016, com a formalização de diversos ofícios remetidos à STN/MF, RFB/MF, SE/MF e SEST/MF, onde é solicitado o ressarcimento financeiro representativo da diferença monetária entre os gastos incorridos pela Casa da Moeda do Brasil para realização da atividade que subsidia à UNIÃO no exercício do poder de polícia, e o ingresso financeiro efetivo de receita arrecadada diretamente, mediante fonte de recursos 0250252110, da natureza de receita 11210111.

No exercício de 2017, a CMB prestou serviços relacionados ao SCORPIOS bem como forneceu à RFB os Selos de Controle Fiscal impressos, desde janeiro/2017 e até o presente momento não ocorreu a regularização da pendência de repasse dos incontroversos 70% restantes do produto da arrecadação das Taxas de prestação de serviços relacionado ao SCORPIOS (código de arrecadação DARF 4811) e de fornecimento de Selo de Controle Fiscal impresso (código de arrecadação DARF 4805), relativos à competência do exercício de 2017.

NOTA 20 – CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração avaliou a capacidade da Casa da Moeda do Brasil de se manter operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Ressalte-se que a CMB é uma empresa federal, com 324 anos de existência, 100% pública, mas independente do Orçamento Geral da União. Adicionalmente, não há conhecimento por parte desta Administração de nenhuma incerteza material em relação a eventos ou condições que possam gerar dúvida significativa em relação a sua capacidade de operação.

Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIO DE 2017**

Rio de Janeiro, 31 de Dezembro de 2017.

ALEXANDRE BORGES CABRAL
PRESIDENTE
CPF Nº 213.810.973-91

VAGNER DE SOUZA LUCIANO
DIRETOR DE
GESTÃO
CPF Nº 473.420.481-00

CÉSAR AUGUSTO BARBIERO
DIRETOR DE
DE INOVAÇÃO E MERCADO
CPF Nº 977.125.708-10

ABELARDO DUARTE DE MELO SOBRINHO
DIRETOR DE
DESENVOLVIMENTO
CPF Nº 260.056.467-53

JEHOVAH DE ARAÚJO SILVA JR
DIRETOR DE
CÉDULAS E MOEDAS
CPF Nº 814.513.507-91

ALEX AURELINO ALBUQUERQUE NUNES
CONTADOR
CPF: 078.198.927-22
CRC - RJ: 092.064/O-1